

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS

Magdalânia Cauby França

Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

<http://lattes.cnpq.br/4941404469132818>

<https://orcid.org/0009-0002-8237-8762>

E-mail: mfranca@uneb.br

Cláudia Santos Pereira

Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos. Universidade Estadual da Bahia – UNEB.

<https://lattes.cnpq.br/2774002836806834>

<https://orcid.org/0009-0004-2541-3677>

E-mail: claudiapereiraedc@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-33>

RESUMO: Este artigo pretende apresentar a produção do conhecimento da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, sobre Violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos - EJA (2006-2022): análise dos dados e considerações sobre resultados, para tanto utilizamos como metodologia a revisão sistemática. A pesquisa revelou poucos trabalhos na área e confirma a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas sobre a temática gênero na educação, especificamente na EJA. O estudo destaca os atravessamentos na educação de jovens e adultos relacionados a violência contra mulher e aponta como necessidade a importância da educação escolar pautada no diálogo e na equidade de gênero. As mulheres têm a possibilidade de deixar o papel de submissão e podem procurar a ampliação e construção de sua própria história na luta pela igualdade de gênero. Em todas as pesquisas analisadas a escola aparece como espaço fulcral para construção de perspectivas de mudanças futuras: na melhoria de vida, na continuidade dos estudos, possibilidade de qualificação profissional e sobretudo como espaço de construção do conhecimento e da nova cultura de equidade de gênero e social.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulher. Gênero. Educação de Jovens e Adultos.

SYSTEMATIC REVIEW ON GENDER AND VIOLENCE AGAINST WOMEN IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: RESEARCH CONTRIBUTIONS

ABSTRACT: This article aims to present the production of knowledge from the Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD, on Violence against women, gender and education of young people and adults - EJA (2006-2022): data analysis and considerations on results, to this end we used systematic review as a methodology. The research revealed few works in the area and confirms the need to expand studies and research on the topic of gender in education, specifically in EJA. The study highlights the obstacles in the education of young people and adults related to violence against women and highlights the importance of school education based on dialogue and gender equity as a necessity. Women have the possibility of leaving the role of submission and can seek to expand and

build their own history in the fight for vender equality. In all the research analyzed, the school appears as a central space for building perspectives for future changes: improving life, continuing studies, the possibility of professional qualification and above all as a space for building knowledge and a new culture of gender equality and social.

KEYWORDS: Violence against women. Gender. Youth and Adult Education.

INTRODUÇÃO

Como elemento constitutivo das relações sociais, gênero se faz presente no tempo e no espaço, atravessando gerações e ultrapassando limites continentais. O contexto das relações sociais e históricas do Brasil, apresenta-se fortemente marcado pelas desigualdades de gênero, num processo de hierarquização constante do homem sobre a mulher. Saffioti (2001) afirma que o poder masculino ultrapassa todas as relações sociais de poder, transforma-se em algo concreto, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em senso comum, repassados em nossa sociedade de forma estrutural e simbólica.

Considerando esse cenário de desigualdades de gênero, propomos a necessidade de avançarmos em estudos sobre as questões de gênero no que se refere à violência contra mulher na educação de jovens e adultos, utilizamos da metodologia de revisão sistemática de literatura com o propósito de visibilizar as produções na área temática de estudo, identificar as principais correntes teóricas e os instrumentos metodológicos utilizados em pesquisas anteriores (Mendes; Pereira, 2020).

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, tendo em vista o período de 2006 a 2022. Nesse contexto, realizamos um levantamento sobre a quantidade das produções que dizem respeito às dissertações e teses que possam fornecer subsídios para identificar os caminhos que estão tomando a produção do conhecimento na área de violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos.

Portanto, pretendemos com esse trabalho contribuir com as discussões e apontar caminhos para proposições de políticas públicas e práticas pedagógicas acerca das questões de gênero e violência contra a mulher na educação de jovens e adultos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Iniciamos esse artigo situando nosso posicionamento acerca do conceito de gênero. Entendemos que a compreensão de ser mulher e homem decorre de constructo sócio-histórico que demarca os espaços que cada um dever ocupar, conforme (Análise, 2019, p. 21) “o gênero é uma categoria de caráter cultural e social, que distingue homens e mulheres, visto que a subordinação do feminino se dá desde as relações de trabalho até às afetivas” e segundo a ótica de Scot (1991). Complementamos essa visão com a perspectiva, que,

Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais (e históricas), baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, forma primeira de significar relações de poder (campo no qual e por meio do qual o poder é articulado). As diferenças e semelhanças entre homens e mulheres são, pois, produto de construções sociais. (Scot, 1991 apud Silvia, 2019, p. 06).

Essa realidade, perpetrada pelo patriarcado, é geradora de uma série de situações que colocam a mulher no lugar da vulnerabilidade, expondo-a a situações de violência de natureza diversa, envolvendo desde aquelas visíveis, como agressões físicas e xingamentos, até as invisíveis, simbólicas e estruturais, como preconceito, desvalorização do trabalho feminino e a falta de reconhecimento de sua competência, desprestigiando a figura feminina, colocando-a em situação de submissão social à figura masculina.

Para Carvalho (2021) alguns estudos realizados no Brasil mostram ainda que muitas mulheres têm enfrentado inúmeros desafios para lidar com o ser jovem, ser mulher e, ao mesmo tempo, estudante de escola pública e da Educação de Jovens e Adultos. No caso específico da EJA, É possível identificar, ainda conforme Carvalho (2021, p.15), “proibições, relações de poder, discriminações, exclusões, ausências, obstáculos, problemas, limites, tabus e racismo relacionado as mulheres inseridas na EJA” que, a nosso ver, padronizam de forma estrutural o pensamento de muitas delas, dificultando outras formas de ser, de existir e de agir diante das condições destinadas a essas mulheres no mundo.

Constatamos a partir das leituras em livros, teses, dissertações e algumas legislações educacionais, que importantes estudos, princípios e algumas políticas públicas no campo da Educação de Jovens e Adultos têm avançado nos últimos anos no Brasil,

principalmente nos aspectos teóricos e legais. Na Bahia temos o único mestrado profissional do Brasil em Educação de Jovens e Adultos, da Universidade Estadual da Bahia-UNEB, que apesar de não atender a demanda, no que diz respeito a quantidade de profissionais que desejam se qualificar na EJA, vem contribuindo com ensino, pesquisa e extensão nessa área. Temos ainda a constituição Federal (BRASIL, 1988) que expressa claramente que é dado a todas as pessoas o direito à educação, à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, à igualdade entre os sexos, e a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

No entanto, Carvalho (2021) afirma que esse direito não tem se efetivado, de modo que não são garantidas aos sujeitos a inserção e a permanência nos espaços escolares, são muitos os entraves, sendo necessária a implantação de políticas públicas que possam garantir a permanência e a continuidade do ensino. Daí a relevância de pesquisas que investiguem e analisem questões presentes no contexto da EJA, atentando para as questões de gênero e diversidade no contexto dos alunos que buscam essa modalidade de ensino, visto que os alunos da EJA, são em sua maioria

das periferias, dos campos, trabalhadores, pobres, negros, indígenas e quilombolas, que vão chegando as escolas públicas e a EJA não lutam apenas pelo conhecimento escolar a que têm direito. Disputam o direito a conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de outra história social, racial e de classe que vivenciam e que têm direito a saber para entender-se. Disputam o direito a que os saberes dessa outra história de segregação e de emancipação sejam incorporados como seu direito ao conhecimento (Arroyo, 2021, p. 14).

Sendo que, esse direito ao conhecimento deve ser emancipatório, que seja crítico, reflexivo e dialético, que valorize a equidade e o respeito, pois as marcas de violência contra mulher presentes na sociedade, são identificadas historicamente nos mecanismos de dominação das mulheres através das diversas instituições sociais, igreja, família, escola, trabalho. Algumas instituições, conforme aponta Biroli (2018) são conservadoras e, em nome da moral e dos bons costumes, atuam na defesa de um modelo de família, com padrões sociais predefinidos para homens e, os quais estabelecem que as mulheres, obrigatoriamente, exerçam a maternidade, em uma lógica na qual são controladas e reguladas, submetendo-se a uma maternidade serviçal, que limita sua consciência e subjetividade.

uma das facetas mais cruéis de tal problemática é a responsabilidade atribuída às mulheres em educar e proteger suas filhas e seus filhos, em ambientes nos quais o Estado se omite na implementação de políticas sociais básicas para uma vida digna. Logo, a tendência do Estado em reduzir gastos destinados a investimentos sociais, sobrecarrega ainda mais a figura da mulher da classe trabalhadora, sobretudo as não brancas (Biroli, 2018, p.2).

Outro condicionante de opressão feminina é a responsabilização das mulheres com o trabalho doméstico gratuito. Além de trabalharem fora de casa e ajudarem nas despesas da família, ou assumirem sozinhas o orçamento familiar, elas ainda têm a imposição de várias jornadas de trabalho, alternando dentro e fora de casa: trabalhar fora de casa, serviços domésticos diários dentro da sua própria casa, educação e cuidado com os/as filhos/filhas, dedicação ao marido e estudo. Desta forma, importante destacar que

as ações organizadas pelo movimento feminista têm seguido caminhos alternativos, fortalecendo suas reivindicações através de sindicatos, marchas, protestos e greves, bem como atuando em diversas frentes, entre as quais se destacam o combate à violência contra as mulheres, assédio sexual, a oferta de creches, a defesa dos direitos reprodutivos e o direito ao aborto. Ao passo que persiste o interesse material e concreto de alguns grupos em barrar as pautas feministas, consistindo em um obstáculo central para a democracia brasileira, ao traçar um paralelo entre as pautas feministas e os interesses dominantes (Biroli, 2018. p.3).

A busca pelos direitos de quem se encontra oprimida concretiza-se na igualdade de gênero entre homens e mulheres, seja na militância ou nos estudos teóricos de libertação, em constantes rejeições à submissão feminina como algo natural, considerando-a como uma construção cultural ao longo da história, que precisa e pode ser mudada.

No entanto, como mudar algo que está consolidado em nossa sociedade? Como mudar algo que foi apresentado aos jovens desde o seu nascimento como um padrão social? Essa realidade presente em nossa sociedade, até os dias atuais, é reproduzida pela família e pela escola, muitas vezes de forma estrutural e traz em seu bojo várias perguntas e reflexões, sendo necessário um constante processo de diálogo sobre o papel social da mulher, para que esta possa perceber que existem outras possibilidades para além das hierarquias de gênero presentes na sociedade e nas quais vive imersa. Freire aponta (1994) que o diálogo é fundamental para construção da autonomia, pois a palavra, mais que instrumento, é o início da comunicação, é, simplesmente, diálogo, ou seja, palavra

que abre a consciência para o mundo das consciências, podendo ser o princípio da libertação para compreensão e mudança colaborativa da violência estrutural contra a mulher que impregna nossa sociedade.

Quando as mulheres passam a conhecer os poderes das palavras, do conhecimento e a força do diálogo, aprendem, segundo Carvalho (2021), que são iguais aos homens perante a lei; desconstruem a concepção do subjugo natural da mulher, que pressupõe a existência de um lugar pré-determinado para a mulher, o lugar do segundo sexo, mesmo antes do nascimento, e passam a ter mais autonomia e coragem para resistir e interagir com a sociedade de forma independente, como protagonista. Uma das funções da escola é, justamente, abrir esse canal do conhecimento, criar as pontes necessárias para as rupturas das assimetrias sociais de gênero

Com a ajuda da educação escolar, as mulheres têm a possibilidade de deixar o papel de submissão e podem procurar a ampliação e construção de sua própria história na luta pela igualdade de gênero. A educação escolar tem essa capacidade de abrir os canais para o conhecimento, de modo que, no contexto das relações de gênero, cria as pontes para a ruptura das assimetrias entre homens e mulheres. Freire (1981) ressalta que a educação implica em uma busca realizada por um sujeito e sendo este o dono de sua própria educação, não pode ser o objeto dela, por isso ninguém educa ninguém. Trata-se de uma busca permanente de si mesmo, onde o saber se faz num processo de superação constante. Desta forma, retornar à escola significa, um dos grandes responsáveis pelo empoderamento das mulheres e pela construção do seu pensamento crítico.

No entanto, conforme ressalta Soares (2017), é importante a construção de um trabalho efetivo de conscientização e sensibilização da comunidade escolar para romper com as concepções, as práticas e os saberes estereotipados em relação às mulheres e as relações de gênero, pois, a escola, para contribuir no processo de escolarização ampliada, não pode invisibilizar as questões de gênero tampouco discutir, superficialmente, por ocasião de datas simbólicas como o dia oito de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

A violência contra mulher, a misoginia, o preconceito, a submissão da mulher ao homem são elementos que não permitem a construção de uma sociedade sem hierarquia

de gênero, fazendo-se necessário, portanto, um espaço no ambiente educacional para discussão constante e ampliada sobre essas questões. Nesse sentido, o envolvimento, sobretudo, do corpo docente é essencial para realização de trabalho dessa natureza e, nesse processo.

Os docentes-educadores vão deixando de ser meros espectadores dessas vivências cruéis dos educandos, assumindo seu dever profissional de trazê-las ao território dos currículos, buscando, em conjunto, com os próprios educandos, entender seus significados. Entender-se. Descobrir os significados escondidos, ocultos, ignorados em tantas “verdades” oficiais, hegemônicas, segregadoras (Arroyo, 2021, p. 15).

METODOLOGIA

A partir desse contexto, e da necessidade de avançarmos em estudos sobre as questões de gênero no que se refere à violência contra mulher na educação de jovens e adultos, utilizamos da metodologia de revisão sistemática de literatura com o propósito de visibilizar as produções na área temática de estudo, identificar as principais correntes teóricas e os instrumentos metodológicos utilizados em pesquisas anteriores. Seu surgimento advém da área da Saúde, obtendo maior confiabilidade com a prescrição do protocolo de revisão à comunidade científica (Mendes; Pereira, 2020).

Com vistas ao alcance de validade dessa pesquisa, utilizamos as orientações do protocolo Prisma (2020), segundo o qual contempla a declaração dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA), com objetivo de contribuir com a pesquisa de revisão sistemática, a relatar de forma transparente porque a revisão foi feita, os métodos empregados e o que os autores encontraram (Galvão; Ricarte, 2019).

A composição do protocolo para essa pesquisa considerou: delimitação temporal, fonte, critério de elegibilidade, descritores, critérios de exclusão e inclusão que serão detalhados a seguir.

Para levantamento de dados sobre violência contra mulher, gênero e EJA. O período de 2006 foi escolhido por se tratar da data de criação da lei Maria da Penha nº 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência contra mulher e o ano de 2022 como

data limite do artigo, por se tratar do primeiro ano após a implantação da lei Nº 14.164/2021 .que altera a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação e inclui conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Nesse contexto, realizamos um levantamento sobre a quantidade das produções que dizem respeito às dissertações e teses que possam fornecer subsídios para identificar os caminhos que estão tomando a produção do conhecimento na área de violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, tendo em vista o período de 2006 a 2022.

Na fase de busca e seleção dos estudos que integram esse trabalho definimos como descritores as três palavras-chave, “Educação de Jovens e Adultos”, “Gênero” e “Violência contra mulher”, combinadas entre si , para assegurar a ampla busca de estudos e palavras contidas no tópico/resumo. A extração ocorreu em julho de 2024, com duas pesquisadoras realizando a busca de forma concomitante para fins de se verificar a semelhança nos resultados. Como primeiro resultado, aplicando os descritores, foram identificadas trinta e duas produções relacionadas à temática pesquisada, porém, filtramos com os critérios de exclusão e descartamos as da área de saúde, assistência social, e as dos outros segmentos da educação.

Seguindo os critérios de inclusão filtramos as pesquisas realizadas diretamente com a EJA e foram identificados apenas seis estudos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações relacionados a temática violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos, sendo que dos seis, apenas três estavam relacionados ao objeto de estudo de que trata esta pesquisa, sendo ele: as possibilidades de trabalho do enfrentamento da violência contra mulher na EJA, o que confirma a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas sobre a temática gênero na educação, especificamente na EJA.

Elaboramos tabelas baseadas no instrumento de revisão sistemática, adaptado para atender as necessidades da pesquisa. Portanto, em coerência com as orientações do protocolo de revisão sistemática, a criação desse instrumento nos permite tomar cada pesquisa na totalidade, integrado por elementos comuns e realizar análise que possibilita diálogo entre as mesmas. Desta forma, destacamos para análise, as seguintes informações

das dissertações e teses analisadas: Objetivo, justificativa, metodologia, público alvo, resultados e conclusão realizada a partir da síntese das pesquisas analisadas e das conclusões que os respectivos estudos apontam, em seguida apresentamos uma reflexão sobre esses estudos articulando a proposta do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado do levantamento de dados nos estudos realizados no período de 2006 a 2022, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BNTD), serão apresentados em duas tabelas. Sendo que na tabela 1ª tabela consta o objeto de estudo analisado, a quantidade de pesquisas relacionadas ao objeto de estudo e a quantidade de pesquisas que possuem relação com a temática.

Tabela 1. Dados do artigo e do quantitativo de pesquisas do BNTD

Dados do artigo	Período 2006 a 2022 Teses e Dissertações.do BNTD	
OBJETO DE ESTUDO DO ARTIGO	Quantidade de teses e dissertações encontradas	Relação de teses e dissertações para análise de dados
As possibilidades de trabalho do enfrentamento a violência contra mulher na EJA	06	3
CATEGORIAS DO ARTIGO		
Violência contra mulher, gênero e Educação de jovens e adultos		

Fonte: elaboração das próprias autoras.

Na tabela 1, é possível identificar os dados do artigo sendo eles: as categorias, violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos e o objeto de estudo, *as possibilidades de trabalho na EJA para o combate a violência contra a mulher*, além dos dados da pesquisa no Banco Digital de Teses e Dissertações, sendo um total de seis e dessas apenas duas pesquisas se aproximaram das categorias do artigo, sendo uma tese e uma dissertação.

Conforme aponta Rosemberg (2001), que já destacava a importância da utilização da categoria gênero para a compreensão da configuração do sistema educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, constatava a carência de estudos sobre o tema. No mesmo

sentido, a autora Carvalho (2021) ressalta ainda a partir desse contexto, que apesar de 20 anos passados, essa situação permanece no contexto da educação brasileira, sendo necessário e relevante a produção acadêmica de estudo sobre gênero, especificamente na EJA, já que as pesquisas têm dado pouca atenção a essa questão. Importante ressaltar, ainda, a necessidade de realizar estudos sobre as políticas educacionais brasileiras voltadas para o público jovem e adultos, numa perspectiva de gênero, pois,

A ausência de acompanhamento sistemático da área produz dados publicados pobres, pobreza reforçada pela pequena retaguarda de produção acadêmica, conjunto que gera, no mais das vezes, um valeduto interpretativo sobre informações truncadas ou desatualizadas; circulam-se interpretações do senso comum, que passam a assumir o estatuto de teorias. Generalizações abusivas que, por vezes, tendem a naturalizar construção social e histórica, alimento rico para produção ideológica que, por sua vez, tende a reforçar dominação de gênero (Rosemberg, 2001, p.17).

Na tabela 2 (onde constam os dados das pesquisas analisadas no BNTD), optamos em inserir os objetivos, objeto de estudo, metodologia e resultados das teses e dissertações analisadas, conforme segue abaixo.

Tabela 2. Dados das teses de mestrado e doutorado

Título e Autoria do estudo	Tipo de produção	Objeto de estudo	Objetivos	Metodologia	Principais resultados
as jovens mulheres na educação de jovens e adultos e a constituição de seus projetos de vida (carvalho. 2021)	Tese de doutorado.	Gênero, escolarização, juventudes educação de jovens e adultos. Quê expectativas futuras?	Identificar o perfil etário, racial e profissional das jovens mulheres matriculadas na EJA da rede pública de ensino do município de Guanambi-BA. descrever parte dos projetos de vida delas, destacando os modos e o lugar que ocupam em suas vidas, e analisar de que maneira a escolarização se insere em seus planos.	Abordagem qualitativa. Histórias de vida. Grupo de Discussão com um conjunto mais amplo de colaboradoras , projeto de vida e entrevistas semiestruturadas com cinco dessas participantes.	Apontam que as mulheres inseridas na EJA são jovens, mulheres, pobres, em sua maioria negras, nordestinas, que perpassam por enfrentamentos para permanecer na escolarização e naturalizam a cultura do sofrimento. Apresentam experiências para além dos papéis sociais atribuídos ao homem e a mulher, e vivenciam outras formas de ser, de existir e de agir entre tabus do meio social em que estão inseridas. Questões referentes ao racismo, à discriminação contra a mulher, à maternidade na adolescência e à violência têm afetado essas jovens.
A relação dialógica: mulher e EJA na construção	Dissertação de mestrado.	Como o círculo de estudos com mulheres da EJA, poderá contribuir para a	Propiciar ações e reflexões por intermédio do programa educativo e dos círculos de estudos para a	Metodologia da pesquisa-ação baseada em João Bosco Guedes Pinto.	Revela que a educação é uma ferramenta valiosa na construção da equidade de gênero; que para se construir uma educação libertadora, os/as

da consciência feminista. (Soares, 2017)	tomada de consciência da equidade de gêneros dessas mulheres?	construção da consciência de equidade de gênero na EJA. Analisar as mudanças nos discursos e atitudes das mulheres da EJA em relação aos papéis femininos e à naturalização da submissão da mulher; e em relação à violência contra as mulheres e o conhecimento da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha.	Por círculos de estudos da metodologia da Pesquisa-Ação com mulheres da EJA.	educadores/as precisam abandonar posturas que sedimentam a educação bancária e a sociedade estratificada em classes sociais, para a construção de posturas políticas-pedagógicas baseadas no diálogo e nas relações horizontais, gerando mudanças coletivas. As mulheres do círculo de (des)silenciamento da EJA desconstruíram a naturalização da submissão feminina. Estas percebem os avanços que obtiveram na história, reconhecem, ainda, que muito ainda precisa ser mudado culturalmente para a equidade de gênero.
“O meu sonho ninguém mata”: violência doméstica e escolarização de mulheres na educação de jovens e adultos. (Bhering, 2021)	Dissertação de mestrado. Violência doméstica e escolarização de mulheres na educação de jovens e adultos.	Conhecer os contextos de exposição das estudantes de EJA à violência contra a mulher; identificar a importância atribuída pelas estudantes ao debate sobre essa violência na escola; descrever as trajetórias de escolarização de alunas vítimas de violência doméstica; identificar as perspectivas relacionadas à escolarização que as estudantes constroem em relação a seu futuro.	A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, a partir do uso de métodos mistos. As etapas da pesquisa foram compostas por revisão bibliográfica e pesquisa de campo, em uma escola pública em Angra dos Reis.	Apontam o caráter epidêmico da violência doméstica contra a mulher, que afeta maior parte das estudantes investigadas e são perpetradas principalmente por seus cônjuges e com baixa frequência de realização de denúncia. As estudantes consideram importante o debate sobre o tema na escola, principalmente em função da conscientização, da possibilidade de desabafar e ser ouvida e da prevenção. As narrativas de vida das interlocutoras entrevistadas apontaram que as condições impostas pelo gênero se apresentam enquanto principais elementos de interrupção das suas trajetórias escolares.

Fonte: elaboração das próprias autoras.

No estudo de Carvalho (2021), após análise dos dados, não foi simples identificar de forma direta ligação com todas as categorias da pesquisa violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos. No entanto, ao analisar as conclusões do estudo dessa pesquisadora fica evidente a necessidade conforme aponta a autora dos estudos sobre violência contra mulher e gênero na educação de jovens e adultos, principalmente quando faz as seguintes afirmações: que as mulheres “naturalizam a cultura do sofrimento” e quando relaciona as questões da violência contra mulher e a relação com a maternidade como situações que afetam diretamente as mulheres da EJA, podendo

ocasionar evasão, dificuldade de concentração e aprendizagem além de transtornos mentais.

Essa realidade nos remete afirmar sobre a importância de discussões sobre igualdade de gênero da implementação da lei 14,164/21, que abre possibilidades para discussão sobre a prevenção da violência contra mulher na escola, para evitar a naturalização da violência e despertar nas mulheres a importância de ações dialógicas voltadas para autonomia e para o protagonismo.

No estudo de Soares (2017), é possível identificar um objetivo que busca a construção da consciência de equidade de gênero na EJA através de ações reflexivas e círculos de estudo. As conclusões deste estudo, apontam para a necessidade da construção da igualdade de gênero e para a necessidade da construção de uma educação libertadora, onde os/as educadores/as precisam abandonar posturas que sedimentam a educação bancária e a sociedade estratificada em classes sociais, para a construção de posturas políticas-pedagógicas baseadas no diálogo e nas relações. O estudo não faz uma relação direta com as influências da violência contra mulher, que na maioria das vezes é estrutural e dificultam tanto o processo educacional como a possibilidade da construção da igualdade de gênero.

Todos os trabalhos analisados evidenciam a compreensão de ser uma mulher na sociedade brasileira está atrelada à intersecção entre classe, raça/etnia, gênero e geração, além de ressaltar que os estereótipos de gênero e a violência contra a mulher afetam seus processos de escolarização, constituindo-se como mais um obstáculo à permanência escolar na EJA.

Embora cerceadas por desafios que as impedem de fazer certas escolhas, as mulheres resistem, insistem e persistem na luta para se libertarem das opressões. Conforme Bhering (2021) se a submissão do sexo feminino foi construída histórica e culturalmente, a libertação da mulher servirá para a construção de uma nova história e uma nova cultura.

A pesquisadora continua afirmando que a educação pode conservar a história e a cultura hegemônica ou pode mediar a construção de meios para a libertação dos/das

oprimidos/as e para a construção de uma nova sociedade por intermédio de sua consciência e de seu fazer no mundo.(Bhering, 2021)

Desta forma torna-se necessário ações efetivas nas escolas que possam além de apontar as necessidades, possibilitar ações concretas que possam contribuir para o empoderamento da mulher no cotidiano da escola. Com a ajuda da educação escolar, as mulheres têm a possibilidade de deixar o papel de submissão e podem procurar a ampliação e construção de sua própria história na luta pela igualdade de gênero

CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, o resultado da produção do conhecimento na BDTD sobre Violência contra mulher, gênero e educação de jovens e adultos, no período de 2006-2022, aponta para problemáticas que muitas vezes são tratadas de forma estrutural no contexto escolar, tais como naturalização da cultura do sofrimento, dificuldade em conciliar os estudos com a maternidade, hierarquia de gênero.

Entendemos que com o aumento dos casos de violência contra mulher e com a implantação da Lei Maria da Penha (2006) e da Lei que estabelece as discussões sobre violência contra mulher na escola (2021), os estudos deveriam ser ampliados e superar apenas os resultados das necessidades e contribuir com ações concretas e intervenções nas escolas.

Nas três pesquisas a escola aparece como espaço fulcral para construção de perspectivas de mudanças futuras: na melhoria de vida , na continuidade dos estudos, possibilidade de qualificação profissional e sobretudo como espaço de construção do conhecimento e da nova cultura de equidade de gênero e social.

Essa situação requer a adoção de políticas públicas e práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos que possam garantir a todas as mulheres, além da vida, o direito de escolha e construção do seu projeto de vida, incluindo equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ANALISE, da S. **Gênero na EJA**. UFMG. 2019

FRANÇA, M.C.; PEREIRA, C.S. Revisão sistemática sobre gênero e violência contra mulher na educação de jovens e adultos: contribuições das pesquisas. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 3, n. 3, p. 426-439, jul./set., 2024.



- ARROYO, Miguel. G. **Passageiros da Noite**. Petrópolis Ed. Vozes. 2021
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília\DF, 1996
- BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Brasília\DF. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 14.164, institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**. Brasília\DF. 2021.
- CARVALHO, M. de F. F.. **As jovens mulheres na educação de jovens e adultos e a constituição do seu projeto de vida**. UFBA. Belo Horizonte, 2021.
- BHERING, W. C. de O. **“O meu sonho ninguém mata”**: violência doméstica e escolarização de mulheres na educação de jovens e adultos. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2021.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo. Boitempo. 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.
- GALVÃO, M. C. B., RICARTE, I. L. M. . Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, 6(1), 57-73. 2019.
- MENDES, L. O. R.; PEREIRA, A. L. Revisão sistemática na área de Ensino e Educação Matemática: análise do processo e proposição de etapas. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 196–228, 2021.
- ROSEMBERG, F. **Educação formal, mulher, e gênero no Brasil contemporâneo**. 2001.
- SAFFIOTI, H.I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. São Paulo, 2001.
- SOARES, F. F. G. **A relação dialógica: mulher e EJA na construção da consciência feminista**. 2017. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. [s.l]:[s.n], 1989, p. 27.

Submissão: fevereiro de 2024. Aceite: março de 2024. Publicação: agosto de 2024.